

Prevenção da Violência em Adolescentes: Experiência do Projeto Frutos do Morro

Área Temática de Saúde

Resumo

O Projeto Frutos do Morro tem como objetivo a abordagem preventiva da violência social entre os adolescentes do Aglomerado Morro das Pedras, região que apresenta um dos maiores índices de homicídio de Belo Horizonte. Constitui um dos Projetos que compõe o Programa Fica Vivo. Tem como principal fundamentação teórico-metodológica a Teoria da Ação Comunicativa de Habermas, adotando a sua tese de colonização do mundo da vida para explicar a intensa proliferação da violência nas sociedades modernas e a proposta de recuperação das interações mediadas pela linguagem como processos geradores de laços de solidariedades capazes de substituir o uso da força nas relações humanas. Nossas estratégias são: a) a realização de várias oficinas semanais nas escolas, b) com as quais preparamos adolescentes multiplicadores e que c) devem sempre gerar um produto, especificamente, o jornal mural e a organização de eventos maiores dentro das escolas. A mobilização dos adolescentes, o estabelecimento, com eles, de relações trabalho respeitadas e produtivas, mesmos com os que têm história de delinquência, e o conhecimento/entendimento sistemático da realidade do Morro são os principais resultados do projeto. Nossa conclusão: por mais indevassável seja violência, é possível vence-la, recuperando no espaço cotidiano, a condição de sujeitos, cuja perda ela provoca.

Autores

Elza Machado de Melo- Doutora
Adriana Braga Chaves- Psicóloga
Maria Alice Bicalho Horta- aluna Medicina
Marília Mendes - aluna Medicina
Gabriel Magalhães Braga- aluno Medicina

Instituição:

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Palavras-chave: participação; violência; adolescência

Introdução e objetivo

O Projeto Frutos do Morro, constituído de atividades de extensão, ensino e pesquisa, desenvolve-se no Aglomerado Urbano Morro das Pedras, Belo Horizonte, onde vivem aproximadamente 20.000 habitantes, sujeitos às mais duras condições de vida, a pobreza, a exclusão social, o tráfico de drogas, as gangues, perversa combinação que faz desse um dos espaços mais violentos de Belo Horizonte, com o maior índice de homicídios da nossa capital, motivo pelo qual, além de outras catástrofes, como desabamentos, está sempre presente, e de forma estigmatizante, na mídia. Atua junto de muitos parceiros, dentro da UFMG - Letras, Odontologia, Direito, Centros de Estudo sobre Criminalidade/CRISP - e fora - PUCMINAS, Prefeitura de Belo Horizonte (Programa de Saúde da Família, Centro de Defesa do Cidadão), Secretaria de Estado de Defesa Social, Escolas Estaduais e Municipais e associações, grupos e lideranças comunitárias do Morro das Pedras, sendo um dos projetos que integram o Projeto Fica Vivo, de combate à violência. Teve início, há quase dois anos, com o convite desse último para trabalhar com a promoção e a prevenção de saúde dos adolescentes no Morro das

Pedras e representa um desdobramento do Projeto Morada Nova, mantendo toda a sua metodologia participativa, inspirada na Teoria da Ação Comunicativa de Habermas.

A adolescência é a fase intermediária entre a infância e a vida adulta (12 a 18 anos – Estatuto da Criança e do Adolescente e 10 a 19 anos – Organização Mundial de Saúde), sendo um momento de crescimento caracterizado por transformações biológicas, psicológicas e sociológicas que lhe conferem características próprias. As mudanças biológicas referem-se ao crescimento do corpo, às modificações metabólicas/hormonais, ao desenvolvimento dos caracteres sexuais – capacidade reprodutiva, etc. Do ponto de vista psicológico, as transformações desta fase relacionam-se às mudanças da puberdade e levam o adolescente a estabelecer novas relações consigo mesmo, com seus pais e com o mundo. Através de um processo gradativo ele sai da infância e prepara-se para a vida adulta e para sua inserção na sociedade.

Inicialmente, as mudanças corporais, o reaparecimento dos conflitos sexuais da infância e da súbita eclosão da libido e as novas imposições sociais são vividos com perplexidade pelo adolescente, que se vê despojados de seu lugar de criança e lançado num espaço desconhecido, para o qual não se encontra preparado, mas que precisa conquistar. A ambivalência faz com que oscile entre o desejo de dependência e o de independência, entre as atitudes do seu repertório infantil e outras nas quais busca afirmar-se como adulto. As expressões da agressividade e da sexualidade são mais intensas que suas possibilidades momentâneas de lidar com estas forças e com a realidade. Assim, apresenta comportamentos contraditórios, instáveis e defensivos. É uma fase de profundas reformulações. As perdas referentes à infância – o corpo e a identidade infantil, a bissexualidade e os pais da infância – deverão ser elaboradas nesta trajetória para a maturidade, processo este que envolve sempre um certo grau de confusão, sofrimento e depressão. Simultaneamente, há um movimento de progressão e de construção de novas referências: um novo esquema corporal e uma nova auto-imagem, a busca de uma nova identidade pessoal e sexual, a busca da autonomia e do seu lugar no mundo. A emergência das operações formais, ou seja, do pensamento hipotético-dedutivo, na esfera da inteligência significa uma ampliação das possibilidades e capacidades cognitivas, permitindo ao adolescente desenvolver reflexões e formular teorias próprias, construindo sistemas que buscam verdades mais gerais. A adolescência reedita as etapas anteriores do desenvolvimento, reedita a sexualidade infantil e realiza a síntese das experiências vividas. O indivíduo se vê pela primeira vez sob uma perspectiva histórica: “Na adolescência o sujeito está diante do desafio e da grande possibilidade humana de narrar-se a si mesmo, tomando como material as imagens, os relatos, as recordações que os adultos lhe oferecem e ofereceram sobre sua infância mas que neste momento pode situar-se a si mesmo como autor do relato”(Fernández,2001).

Passando a olhar-se nesta perspectiva, o adolescente adquire a capacidade de construir e avaliar o passado, reescrever sua história, compreender o presente e ir concebendo o futuro – na adolescência ele constrói os projetos com os quais pretende inserir-se na sociedade e é aí que ele pode tornar-se mais solidário com as relações sociais, havendo um reconhecimento mútuo entre o sujeito e a sociedade. A conquista da possibilidade de socialização leva o adolescente a deixar o âmbito da família e ganhar a amplitude dos limites da humanidade.

Como se vê, a adolescência é ganho de poder: corporal, sexual, intelectual - significa possibilidade! Que se efetiva, no entanto, única e exclusivamente, com processos de socialização adequados e de qualidade. Maurício Knobel diz que “somente quando o mundo adulto compreende e facilita adequadamente a tarefa evolutiva do adolescente, ele poderá desempenhar-se satisfatoriamente, elaborando uma personalidade mais sadia e feliz”.

Infelizmente, é bem outra realidade que o adolescente, em geral e o do Morro das Pedras, em especial, tem encontrado nas nossas sociedades: sabemos que, sendo uma parcela sadia da população, a mortalidade entre adolescentes se deve principalmente a causas

externas, que incluem uma série de eventos violentos, em sua maioria associados ao uso de álcool e de outras drogas; as estatísticas oficiais mostram que os agravos decorrentes de causas externas, particularmente dos acidentes de trânsito e das tentativas de homicídios incidem principalmente em homens jovens (até 24 anos) e no que diz respeito especificamente à mortalidade por homicídios, chama atenção a concentração destes eventos entre jovens que habitam aglomerados pobres das grandes metrópoles brasileiras sendo o motivo predominante, mais uma vez, o envolvimento destes jovens com gangues e com o tráfico de drogas. Promover e prevenir a saúde do adolescente do Morro é, portanto, antes de tudo, prevenir e controlar a violência social.

O Projeto Frutos do Morro tem o apoio da Proex/UFMG, do Projeto Fica Vivo e do Internato Rural de Medicina.

Metodologia

A violência pode ser definida como qualquer situação em que um ator social perde a sua condição de sujeito frente a outro, sendo então rebaixado à condição de objeto, tratando-se, portanto, como escreve Zaluar (2001), da perda de reconhecimento pelo outro, mediante o uso do poder, da força física ou de qualquer forma de coerção. Para essa autora, no entanto, essa definição torna-se problemática à medida que não permite distinguir entre violência física, domínio exercido pelo uso da força corporal e a violência simbólica, domínio por meio da linguagem, sendo esse último, no final das contas, o meio pelo qual ocorrem todos os processos de socialização. E acrescenta, nas sociedades modernas, o problema se acentua, pois esses processos, além de desempenhados pela família e pela escola, incluem também os traficantes e as gangues com as supostas redes de solidariedades por eles construídas. Na nossa opinião, a Teoria da Ação Comunicativa de Habermas traz elementos para clarear essa questão e do mesmo modo que no Projeto Morada Nova, aqui ela é adotada como o principal fundamento de ordem teórica e metodológica, uma vez que a questão é a mesma em ambos os projetos e se refere ao problema de pensar como é possível o exercício da autonomia dos diferentes atores sociais em sociedades que, como as nossas, são marcadas pela exclusão dos mesmos dos processos de tomada de decisão, seja essa exclusão fruto da violência simbólica ou da violência física.

Para desenvolver a Teoria da Ação Comunicativa, Habermas utiliza como substrato o uso comunicativo cotidiano da linguagem por sujeitos que interagem, ou seja, a linguagem como práxis social, o que configura a mais genuína competência da espécie humana, a fala, cuja unidade elementar é o ato de fala. (Habermas, 1990, 1987, 1995). Um ato de fala incorpora saberes que fazem referência ao mundo dos fatos, das relações sociais e das vivências e levanta por isso pretensões de validade - verdade, correção normativa e veracidade, respectivamente - que são passíveis de julgamento objetivo, podendo ser, portanto, fundamentadas e criticadas, pela adução de razões. Sendo assim, elas têm de levar em conta as tomadas de posição do ouvinte, que sempre podem ser sim ou não. Ao levantar, com sua fala, pretensões de validade, o falante as quer reconhecidas pelo ouvinte - ele supõe ter razões e assume a obrigação de explicitá-las, se preciso for, para levar o ouvinte a aceitá-la; esta garantia de que, se preciso for, o falante fundamentará, com razões, a pretensão de validade levantada leva o ouvinte, racionalmente, a aceitá-la - falantes e ouvintes supõem ter razões para dizer o que dizem e fazer o que fazem; logo, o acordo que produzem em processos comunicativos é um acordo racional - ele não pode conter nenhum tipo de coerção que induza ou obrigue os participantes a adotar este ou aquele tipo de conduta e que apenas a força das razões que os mesmos julgam adequadas podem atuar para produzi-lo. Esse acordo racional mediado pela fala é o entendimento lingüístico e nesse processo falantes e ouvintes estabelecem entre si uma relação de reconhecimento recíproco, uma relação entre sujeitos mediada pela linguagem, portanto, uma relação mediada por laços de solidariedade. (Idem).

Quando esse entendimento lingüístico cumpre o papel de mecanismo coordenador da ação, então, neste caso e apenas nele, tem-se a ação comunicativa e ela, por causa da força vinculante da linguagem no seu uso comunicativo, se desenrola no exato momento em que o entendimento é alcançado. Reitera-se, assim, de forma inequívoca, a capacidade de ação social e de intervenção no mundo produzidas pela linguagem. Se o acordo for obtido pela utilização de qualquer coerção, ameaça, chantagem, força física, manipulação da linguagem, então não se trata de entendimento e a ação desencadeada não é ação comunicativa, mas sim, ação estratégica.

Se, por outro lado, as pretensões de validade são problematizadas pelo ouvinte – é exatamente a possibilidade do sim e do não que garante a racionalidade do acordo – então a interação é interrompida e se inicia um processo de argumentação onde razões são apresentadas para resgatar ou rejeitar a pretensão problematizada, o discurso, forma rigorosa de comunicação que deve atender a determinadas exigências, conectando-se sempre, ainda que de forma contrafactual, às pressuposições de uma situação ideal de discurso, onde todos participam igualmente, apresentando razões para resgatar ou rejeitar pretensões de validade pelo tempo que julgar necessário; onde as decisões remeteriam a um auditório universal (elas têm ou teriam o acordo de todos que participassem ou viessem a participar do processo de argumentação) e onde prevalece única e exclusivamente a força do melhor argumento, sem nenhuma outra coerção. Aí, no discurso, reside, portanto, a possibilidade da unificação entre a autonomia e a universalidade e, mais importante, as condições para tanto estão dadas e operantes toda vez que falantes e ouvintes utilizam sua competência comunicativa – a fala – para alcançarem o entendimento, por mais simples e provinciano que ele seja: é a dupla face de Janus das pretensões de validade, presente na estrutura de toda a fala humana - elas surgem num contexto, sim, no mais provinciano e corriqueiro entendimento lingüístico, envolvem um saber compartilhado por todos os participantes e produzem a interação normal, mas, dadas as tomadas de posição do ouvinte, elas podem ultrapassar o contexto e ganhar a condição de universalidade (Habermas, 1995).

Pois bem, aqui já temos elementos para distinguir as relações de intersubjetividade das relações que se pautam pela violência – física ou simbólica – assim como as verdadeiras redes de solidariedade daquelas redes geradas pelo tráfico e pelas gangues. Um acordo racional remete necessariamente ao consentimento de todos os envolvidos, num processo de unidade entre autonomia e universalização. Podemos garantir essa exigente condição nos casos das relações do tráfico e das gangues ou de qualquer outra ação violenta? A resposta é óbvia: as vítimas, cujo envolvimento é inegável, que representam a maioria e inclusive pagam o preço, se perguntadas, é certo, não dariam o seu consentimento.

Voltemos a Habermas. A interação entre sujeitos, mediada pela linguagem, ocorre sempre dentro de um mundo da vida, que é o conjunto de saberes pré-teóricos, implícitos, inquestionáveis na sua totalidade e que, compartilhados pelos participantes da interação e colocados às suas ‘costas’, servem de horizonte e garantem os recursos utilizados por eles para que se entendam uns com os outros numa dada situação e assim, ao estabelecer relações intersubjetivas mediadas pela linguagem, coordenem as suas ações coletiva e cooperativamente. Ou seja, é o pano de fundo dentro do qual se desenrola a ação comunicativa/discurso. É constituído 1) pela cultura, isto é, o saber disponível que permite a interpretação dos fatos, normas e vivências; 2) por normas que regulam as interações e definem práticas sociais conhecidas e exercitadas e são responsáveis pela solidariedade entre os membros dos grupos e 3) por vivências e habilidades individuais que permitem aos atores lidar com as diferentes situações. Esses elementos estruturais do mundo da vida, por sua vez, se reproduzem exclusivamente pela ação comunicativa/discurso, para a qual são recursos e o fazem na forma de reprodução cultural – continuidade e renovação do saber válido; de integração social - manutenção e criação dos laços de solidariedade e de socialização –

aquisição de competências que tornam as crianças capazes de agir e de falar. Essa é a reprodução simbólica da sociedade e de racionalização do Mundo da Vida, representando todo o aprendizado social conquistado ao longo da história, de geração para geração, produzindo/transformando a sociedade, os saberes, os sujeitos.

Mas a sociedade, como a concebe Habermas, não pode ser constituída só pelo mundo da vida; ela é também sistema, âmbito da sociedade auto-regulado, dentro do qual os indivíduos são elementos abstratos, meras partes de uma engrenagem, autonomizada das suas orientações e motivações (1987; 1990, 1995). Se no mundo da vida, a integração social é feita pelo compartilhamento comunicativo das normas que orientam as ações dos atores sociais envolvidos, a integração sistêmica é feita através de mecanismos anônimos como dinheiro e poder e depende das conseqüências que o agregado das ações que se desenvolvem no seu interior têm para a sua manutenção. Dessa forma, a evolução da sociedade ocorreria como aumento da complexidade sistêmica, acima da vontade e das possibilidades de intervenção dos sujeitos e como racionalização do mundo da vida, em que os atores sociais são ao mesmo tempo, produto e produtores da história. Nas sociedades modernas, ocorreria uma colonização do mundo da vida pelos imperativos sistêmicos, à medida que as interações entre sujeitos que se comunicam tornam-se cada vez mais permeadas, destruídas, e substituídas pelo dinheiro e pelo poder e a linguagem natural pela tecnologia, pela linguagem codificada, sob o domínio dos meios de comunicação, unidirecionais e massificadores. Como reprodução cultural, integração social e socialização de sujeitos são processos que não podem ser desempenhados por esses meios, essas sociedades são constantemente perpassadas por crises de racionalização, de motivação, de sentido. (Habermas, 1975a e 1975b). Na nossa opinião, a tese da colonização do mundo da vida poderia explicar o dramático quadro em que vivemos: se não há regras, valores, comportamento ético, sentimentos de pertinência e lealdades e impera o jogo do vale tudo e a lei do levar vantagem, abre-se o caminho para o alarmante crescimento da violência, que passa ela própria, a ser o único e mais eficiente mediador das relações humanas e seus conflitos, impregnando-as e aos sujeitos e às suas concepções, selando o processo de colonização, retomando o ciclo vicioso. Violência que se concentra em grupos desfavorecidos, em razão da sua vulnerabilidade, mas que, na verdade, perpassa todo o tecido social.

Se quisermos falar em solidariedade e em autonomia, temos de voltar, então, à linguagem, não ao seu uso deformado para exercer domínio e sim ao seu uso comunicativo por atores sociais que pretendem se entender uns com os outros sobre algo no mundo. Combater a violência antes de tudo é recuperar em cada espaço, no cotidiano, essa competência que nos dá a todos a condição de sujeitos. É o que fazemos, por nossa parte, no Projeto Frutos do Morro. E do mesmo modo que no Projeto Morada Nova, exploramos ao máximo as potencialidades interativas da fala – no sentido do uso da linguagem como práxis social - e nossa atuação consiste, em essência, na formulação de estratégias e na criação de espaços que propiciem o diálogo. A diferença é que no Morro a realidade é muito mais indevassável, por isso, o ritmo, a amplitude e a intensidade do trabalho devem ser muito maiores. Nossas estratégias básicas, no momento, são: a) realização de várias oficinas semanais nas escolas, b) com as quais preparamos adolescentes multiplicadores e que c) devem sempre gerar um produto, especificamente, o jornal mural e a organização de eventos maiores dentro das escolas.

Inúmeros são as oficinas e todas elas são coordenadas por no mínimo dois membros da equipe do projeto e se iniciam com um contrato de convivência, onde as regras são democraticamente definidas; o esporte, os jogos, a leitura e a arte são amplamente utilizados nos processos de discussão e reflexão; os adolescentes são sempre voluntários, mas há o esforço de integrar os que estão em risco imediato ou que apresentam comportamento violento; no momento, 265 adolescentes multiplicadores, distribuídos em 10 oficinas,

participam permanentemente do projeto. Entremeados às oficinas, são realizados grupos focais com os mesmos participantes. A idéia de agentes multiplicadores é importante porque amplia a ação do projeto, mas, sobretudo, porque transforma os adolescentes em autores do processo, em lideranças. O mesmo deve ser dito sobre a necessidade de se ter um produto, em especial o jornal que é estruturado em 10 colunas, cada uma delas ficando sob a responsabilidade de uma oficina – a meta é uma edição mensal.

Todas essas atividades são planejadas, discutidas e avaliadas em reunião semanal por todos os integrantes da equipe, o que repete o mesmo mecanismo multiplicador utilizado com os adolescentes. O conjunto das atividades, inclusive essa reunião da equipe, gera diário de campo e as informações nele registradas são analisadas e servem para o ajuste do trabalho.

Como se vê, as oficinas com seus participantes, seus processos e seus produtos, a observação participante dessas atividades gerando diários de campo, as reuniões semanais do projeto, a prática, a elaboração do material necessário, as leituras, as discussões e os grupos focais formam uma estrutura intimamente interligada, forjada segundo o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Por fim, há que se ressaltar um elemento metodológico essencial: permanecemos um ano inteiro estabelecendo os primeiros contatos, os primeiros vínculos, conhecendo os espaços, as aspirações e as prioridades, mobilizando lideranças, discutindo estratégias de ação, tentando conquistar um mínimo de legitimidade. Portanto, toda a estruturação metodológica apresentada é produto desse processo, inclusive o nome e a logomarca do projeto, que vêm da própria comunidade.

Resultados e discussão

O maior resultado do Projeto é ter conseguido entrar no Morro das Pedras, definir uma metodologia de trabalho com possibilidade de dar certo, desenvolver práticas participativas e ganhar um pouco da confiança da comunidade. Isso não é pouco nem é fácil. Inúmeras vezes tivemos de abandonar as propostas já definidas e reiniciar todo o processo; inúmeras vezes tivemos de interromper os trabalhos por causa de conflitos violentos; a decisão de trabalhar nas Escolas, que se impôs por motivo de segurança, acarretou algumas dificuldades em virtude de imprevistos como greve de professores, provas, mudança de direção da Escola, etc.; Tudo isso se somou – agravando - uma situação onde as relações eram incipientes e marcadas pela a desconfiança e até mesmo por um certo grau de hostilidade de adolescentes e lideranças comunitárias, pelo desinteresse e apatia de outros, pelo medo generalizado e pela falta de instrumentos, saberes e propostas, configurando a inexperiência e o despreparo – não apenas da nossa parte, mas da sociedade e do próprio Estado – para lidar com esse quadro da violência urbana.

Uma grande conquista – o grupo de alunos e professores que atuou no primeiro ano do Projeto se consolidou, aprendeu, amadureceu e se manteve no segundo ano, o que tem sido decisivo para essa estruturação do segundo ano. Conhecemos um pouco do que ocorre no Morro: vimos de perto o estrago que a violência pode fazer. A naturalidade com se fala de drogas, de morte, de tiros, é impressionante.

A indisciplina, a inexistência quase absoluta de qualquer condição de diálogo, o preconceito, as relações de gênero objetivantes, a explicitação bastante perversa da sexualidade e o uso generalizado e cotidiano da força comprometem totalmente o processo de aprendizado. E tudo isso está presente nas falas, nas atitudes, nos escritos, nos desenhos dos adolescentes - um dos desenhos do concurso de logomarca craveja de balas as letras que compõem o nome projeto; outro mostra um menino em cima da casa, vigiando; em outro, um adolescente mata outro com um revólver. No meio de tudo isso, uma esperança, um apelo: “Vocês vão voltar?” Um desejo de inclusão: “Quem usa droga vai poder participar?” Conseguimos realizar inúmeras atividades, entre oficinas, concursos, seminários, eventos, reuniões, contatos. E alguns deles transcorreram sem anormalidades. Nossas oficinas, nesse

segundo ano, estão tranquilas, reflexivas, produtivas. E incorporam, inclusive meninos em liberdade assistida. E já conseguimos que algumas fossem reproduzidas por eles mesmos. Esses resultados são corroborados por estudos que mostram que, de fato, atividades de prevenção da violência nas escolas têm impacto cientificamente comprovado, destacando-se entre elas, a organização de grupos menores dentro da escola, que geram sociabilidade, a definição compartilhada de regras de comportamento, a clareza dessas regras e o seu cumprimento e, muito importante, o desenvolvimento da capacidade organizativa e de liderança da escola em relação ao aluno e à comunidade assim como o envolvimento do seu pessoal no acompanhamento do adolescente. Esse último é um aspecto que reclama uma atuação urgente, nas Escolas do Morro: a condição de trabalho dos professores é bastante precária - as turmas são grandes, barulhentas, há o medo, temos relatos de espancamento de um professor - o que leva, em grande medida, ao desinteresse, à desmotivação e à inadequação.

Por fim, sobre a avaliação do impacto do projeto, a nossa proposta é definir o presente momento como condição inicial e, se as condições de segurança permitirem, aplicar, agora, o questionário de investigação de riscos e realizar os grupos focais sobre os mesmos, nas escolas do Morro e em outra escola definida como controle. Os mesmos procedimentos serão repetidos ao longo do tempo.

Conclusões

Sabemos que a violência é uma questão quase indevassável; nossas experiências cotidianas e, agora, a observação mais organizada de uma realidade como a do Morro das Pedras não deixam dúvida sobre isso. Por outro lado, sabemos que mais do que nunca é imprescindível abordá-la ou nossa própria condição humana estará irremediavelmente perdida: até quando será possível sobreviver a ela? Há quase três séculos sabemos ser possível recusar a lei do mais forte: “O MAIS FORTE NUNCA é suficientemente forte para ser sempre senhor, senão transformando sua força em direito e a obediência em dever...A força é um poder físico; não imagino que moralidade possa resultar dos seus efeitos...Convenhamos, pois, que a força não faz o direito...” (Rousseau, 1757 – Os Pensadores, 1999). Muito do que aprendemos e fizemos desse tempo para cá é prova mais que suficiente de que o direito pode predominar sobre a força. Como se forja esse direito? Nossa hipótese é a de que ele só pode ser fruto da vontade coletiva dos cidadãos (Melo, 1999), isto é, do exercício da sua autonomia política, cujos pressupostos, estão dados sempre que sujeitos se encontram e se dispõem a agir cooperativamente (Habermas, 1995). Quando vemos alunos, professores, adolescentes, cidadãos, profissionais de várias áreas, enfim, os mais diferentes atores sociais, sujeitos, se sentarem em círculo, conversarem e refletirem sobre a violência, dispostos a agir, então nós sabemos que começou o caminho para a solução.

Referências bibliográficas

- FERNÁNDEZ, A. Os Idiomas do Aprendiz. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.
HABERMAS, Teoria de la Acción Comunicativa. Madrid: Taurus, V. I e II, 1987
----- Pensamento Pós-Metafísico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990
----- Between Facts and Norms. Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1996
----- Legitimation Crisis. Boston: Beacon Press, 1975a
----- Técnica e Ciência como Ideologia. In: Os Pensadores, VLVIII. São Paulo: Abril Cultural, 1975b.
MAAKAROUM, M. Adolescência: Uma Reedição da Infância. Mimeo, 2000.

MELO, E.M. Fundamentos para Uma Proposta Democrática de Saúde: A Teoria da Ação Comunicativa de Habermas. Tese (Doutorado em Medicina Social) – Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/USP, 1999.

ROUSSEAU, J.J. O Contrato Social. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1999.

ZALUAR, A. Leal, M.C. Violência Intra e Extramuros. RBCS, v.16 n. 45, 2001. Scielo